

Programa Nacional de Direitos Humanos - 3

Audiência Pública Senado Federal
08 de abril

Paulo Vannuchi
Ministro de Estado-Chefe da SDH/PR



Secretaria de Direitos Humanos
da Presidência da República



Programas Nacionais de Direitos Humanos

PNDH I 1996

- Foco nos Direitos Civis e Políticos
- 228 propostas de ações governamentais



PNDH II 2002

- Direitos Civis e Políticos
- Incorpora Direitos Econômicos Sociais e Culturais
- 518 propostas de ações governamentais

PNDH - 3 2009

- Eixos orientadores e diretrizes transversais
- 521 ações programáticas



Histórico – Contexto Internacional

- **1948** – Declaração Universal dos Direitos Humanos
 - Contexto pós-Segunda Guerra Mundial
- Artigo 1º. Todos nascem livres e iguais em dignidade e direitos
- Princípios fundamentais: liberdade, igualdade e fraternidade
- **1966** – Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1992)
- **1969** – Convenção Americana sobre Direitos Humanos – OEA (1992)
- **1998** – Submissão à jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos

Histórico – Contexto Internacional

1993 – Declaração e Programa de Ação de Viena da ONU

Direitos Humanos são:

- ✓ Universais
 - ✓ Indivisíveis
 - ✓ Interdependentes
-
- **Parágrafo 71: Viena recomenda que cada Estado considere a conveniência de elaborar um plano nacional de ação para promover e proteger os direitos humanos**

Histórico – Contexto Brasileiro

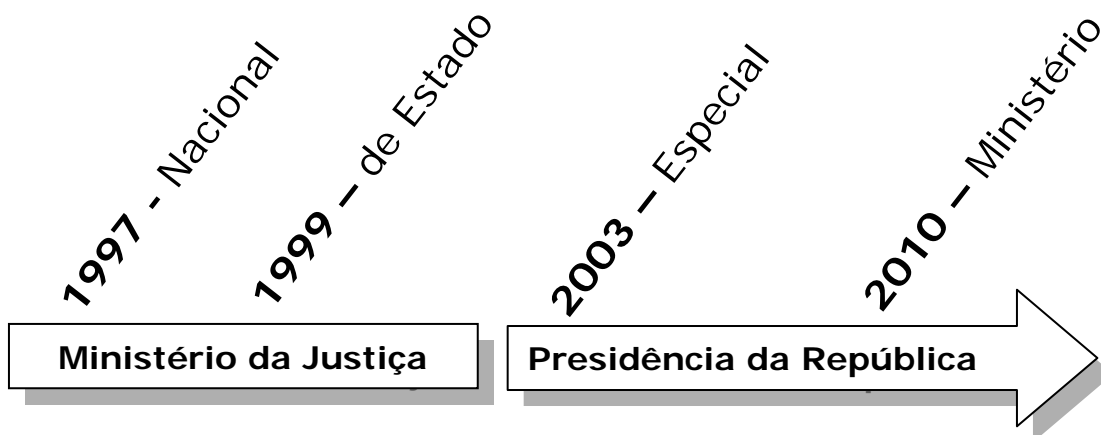
1988 - Constituição Federal

- Cidadania e dignidade da pessoa humana como principais fundamentos do Estado Brasileiro (Art. 1º, II e III)

Congresso Nacional

- **1995:** Criação da CDHM na Câmara dos Deputados
- **2005:** Criação da CDH no Senado Federal

Governo Federal - Secretaria de Direitos Humanos

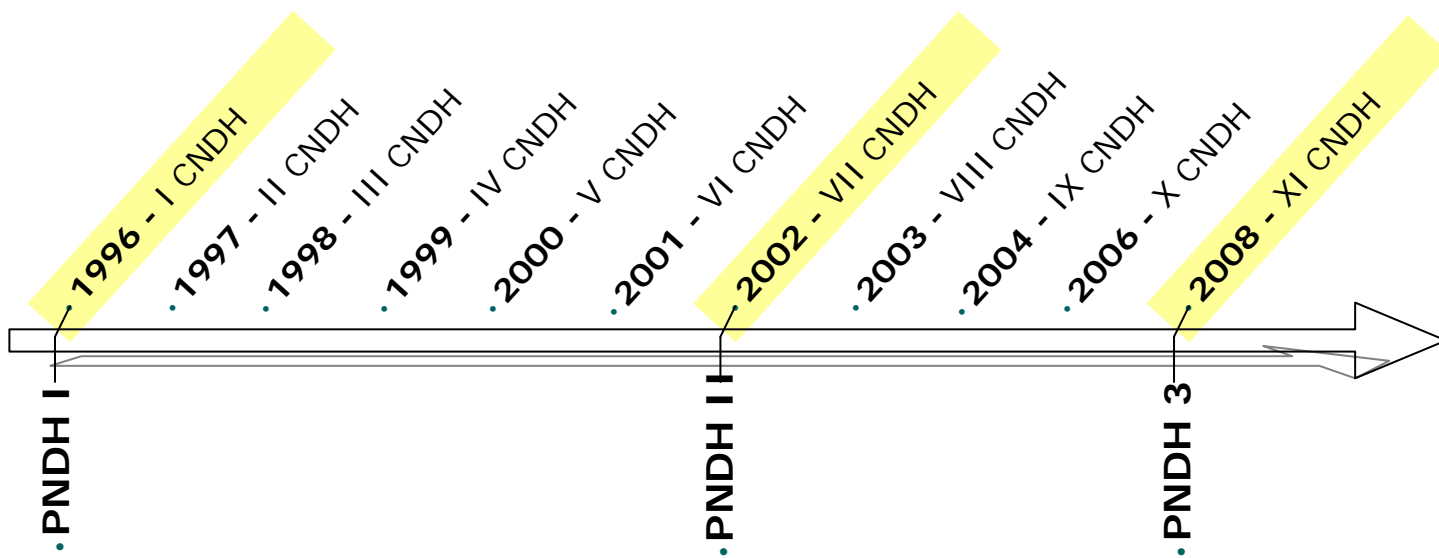


Participação Democrática

- **Art 1º da Constituição Federal**

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

- **Conferências Nacionais de Direitos Humanos (CNDH)**



11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos (2008)

- **Objetivo:** formular propostas para a revisão e a atualização do Programa Nacional de Direitos Humanos
- Convocada por decreto presidencial, de 29 de abril de 2008
- **Organizadores**
 - ✓ SEDH/PR
 - ✓ CDHM/CD
 - ✓ Fórum de Entidades Nacionais de DH (FENDH)

11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos (2008)

Etapa nacional precedida por:

- ✓ **27 Conferências** em todos os estados e no Distrito Federal, prévias à etapa nacional (agosto a outubro)
- ✓ **137 Encontros** prévios às etapas estaduais e distrital: conferências livres, regionais, territoriais, municipais ou pré-conferências (maio a agosto)
- ✓ **14 mil pessoas** participaram do processo de revisão e atualização do PNDH II e elaboração do PNDH-3

Processo de elaboração do PNDH-3 (2009)

- ✓ **Coordenação da SEDH/PR**
 - ✓ Reuniões, seminários e oficinas
 - ✓ Especialistas: subsídios para a revisão e atualização do PNDH

- ✓ **Participação dos Ministérios**
 - ✓ Elaboração conjunta e validação das ações programáticas

- ✓ **Participação do Poder Legislativo**
 - ✓ CDHM no GT tripartite
 - ✓ Audiência pública

- ✓ **Participação da Sociedade Civil**
 - ✓ GT tripartite
 - ✓ Consulta pública pelo site

Referências do PNDH-3

- ✓ 702 resoluções aprovadas na 11^a Conferência Nacional dos Direitos Humanos
- ✓ Deliberações aprovadas nas 50 conferências nacionais temáticas realizadas pelo Governo Federal até 2008
- ✓ Convenções e tratados internacionais de Direitos Humanos ratificados pelo Estado brasileiro
- ✓ Recomendações dos comitês de monitoramento da implementação das Convenções de DH da ONU e da OEA e recomendações dos relatores especiais da ONU

Características do PNDH-3

- ✓ Subscrito por 31 Ministérios
- ✓ Define as diretrizes da Política de Direitos Humanos do Governo Federal
- ✓ Direitos Humanos como Política de Estado
- ✓ Responsabilidade do Estado brasileiro face aos compromissos assumidos internacionalmente
- ✓ Implementação progressiva: planos de ação bianuais
- ✓ Transversalidade dos eixos orientadores

Estrutura do PNDH-3

- **Eixo I:** Interação Democrática entre Estado e Sociedade Civil
- **Eixo II:** Desenvolvimento e Direitos Humanos
- **Eixo III:** Universalizar Direitos em um Contexto de Desigualdades
- **Eixo IV:** Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência
- **Eixo V:** Educação e Cultura em Direitos Humanos
- **Eixo VI:** Direito à Memória e à Verdade

PNDH-3 – Pontos Polêmicos

1. Amplitude do programa
2. Criação da Comissão Nacional da Verdade
3. Liberdade de imprensa
4. Mediação de conflitos agrários
5. União civil entre pessoas do mesmo sexo
6. Símbolos religiosos
7. Aborto
8. Taxação de grandes fortunas
9. Financiamento público de campanha
10. Direitos trabalhistas de profissionais do sexo
11. Plantio de monocultura

Criação da Comissão Nacional da Verdade

- **Direito à Memória e à Verdade**

- ✓ Acesso à informação
- ✓ Comissão da Verdade

- 1ª ação do PNDH-3 implementada

- ✓ Criação de GT para elaborar anteprojeto de lei

- Segundo informações da ONU, mais de 30 Comissões da Verdade já foram criadas

- O PNDH-3 não propõe a revisão da Lei de Anistia

Liberdade de Imprensa

- ✓ Garantia do direito à comunicação democrática
- ✓ Mídia: papel fundamental na promoção de uma cultura em direitos humanos
- ✓ Não propõe comissão de governo
- ✓ Propõe acompanhamento e não controle social

Ações PNDH-3:

- ✓ Propor a criação de marco legal para regulamentar o art. 221 da Constituição Federal
- ✓ Elaborar critérios de acompanhamento editorial para assegurar o respeito aos direitos humanos nos meios de comunicação
 - Modelo da campanha “quem financia a baixaria é contra a cidadania”, da Câmara dos Deputados

Mediação de Conflitos Agrários

- ✓ Solução pacífica de controvérsias, assegurando a proteção dos direitos humanos
- ✓ Acesso à justiça no campo e na cidade

Ação PNDH-3:

- ✓ Propor projeto de lei priorizando audiência coletiva como forma de mediação
- Manual de diretrizes da Ouvidoria Agrária Nacional (2008)
- Recomendação do Conselho Nacional de Justiça (2009)

União Civil entre Pessoas do mesmo Sexo

- ✓ Igualdade de todos perante a lei, sem discriminação de qualquer natureza
- ✓ Toda pessoa tem o direito de constituir família, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero (Princípios de Yogyakarta - 2006)
 - ✓ Estados devem adotar medidas legislativas e administrativas para garantir esse direito

- Resoluções da 1ª Conferência Nacional LGBT (2008)
- Jurisprudência

Aborto

- ✓ Questão de saúde pública: o Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) estima a ocorrência de 1 milhão de abortos por ano no Brasil
 - ✓ 250 mil internações/ano no SUS para tratamento de complicações
- ✓ Redução da mortalidade materna por abortamento inseguro (Plataforma de Cairo – 1994)
 - ✓ 5ª causa de mortalidade materna no Brasil
- ✓ Garantia dos direitos sexuais e direitos reprodutivos da mulher (Declaração de Beijing – 1995)
- ✓ O Comitê da ONU para Eliminação da Discriminação contra a Mulher (CEDAW) recomenda a revisão da legislação que penaliza o aborto

Apoio ao PNDH-3

- ✓ Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
- ✓ Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Estados e da União
- ✓ Associação Nacional dos Defensores Públicos
- ✓ Conselho Federal de Psicologia
- ✓ Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
- ✓ Central Única dos Trabalhadores
- ✓ Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- ✓ Federação Nacional dos Jornalistas
- ✓ Federação Nacional dos Médicos
- ✓ Movimento Nacional de Direitos Humanos
- ✓ ABONG
- ✓ Plataforma DHESCA – Brasil
- ✓ Carta ao Presidente da República, assinada por:

D. Paulo Evaristo Arns; D. Pedro Casaldaliga; Chico Buarque de Holanda; Antonio Candido; Candido Mendes; Abdias do Nascimento; Clarice Herzog; Tereza de Lourdes Martins Fiel; Fernando Moraes; Margarida Genevois; Paulo Sergio Pinheiro; Maria Victoria Benevides; Marilena Chauí; Elzita de Santa Cruz Oliveira.

